



## ANALFABETISMO NO BRASIL: REFLEXO DA DESIGUALDADE EDUCACIONAL E SOCIAL ENTRE AS REGIÕES DO BRASIL

Égila Maria Nascimento Santos<sup>1</sup>  
 Maria das Mercês de Sousa Viana<sup>2</sup>  
 Maria Graciane Rocha Sousa<sup>3</sup>  
 Marcelo Moura Magalhães<sup>4</sup>  
 Izael Teles Martins<sup>5</sup>

### RESUMO

O estudo em questão busca analisar as taxas de analfabetismo frente aos reflexos da desigualdade educacional e social entre as regiões do Brasil. Tendo em vista os recortes das taxas de analfabetismo no país, observamos que os maiores índices se concentram nas regiões nordeste e norte, respectivamente. A pesquisa é fruto dos resultados obtidos mediante as leituras e fichamentos realizados, na qual foi desenvolvida para a simetria educacional e social. Enquanto percurso metodológico, adotou-se uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental, tendo como base teórica, estudos da legislação educacional, censos estatísticos e referenciais, tais como: Goldemberg (1993); IBGE (2022); Pochmann e Silva (2020); Rodrigues, Araújo e Guedes (2017); Souza (1999); dentre outros. As análises permitem inferir que o analfabetismo está ligado a diversos fatores. Entre os problemas existentes, destaca-se a disparidade social, que se manifesta principalmente nas regiões do Norte e Nordeste do país. A trajetória histórica da implementação da educação e do desenvolvimento industrial no Brasil evidencia que houve maiores investimentos em infraestrutura, educação, saúde e pesquisa nas regiões Sul e Sudeste, por parte de iniciativas públicas e privadas. Portanto, é possível concluir que a desigualdade tanto educacional como social, é um reflexo das políticas e projetos adotados ao longo da história brasileira, marcada por avanços pequenos e gradualistas.

**Palavras-chave:** Desigualdade educacional, Analfabetismo, Desigualdade social.

### ABSTRACT

The study in question seeks to analyze illiteracy rates in light of the consequences of educational and social inequality between regions of Brazil. Considering the illiteracy rates in the country, we observed that the highest rates are concentrated in the northeast and north regions, respectively. The research is the result of the results obtained through the readings and records carried out, in which it was developed for educational and social symmetry. As a methodological path, a qualitative approach of a bibliographic and documentary nature was adopted, having as a theoretical basis studies of educational legislation, statistical censuses and references, such as: Goldemberg (1993); IBGE (2022); Pochmann and Silva (2020); Rodrigues, Araújo and Guedes (2017); Souza (1999); among others. The analyzes allow us to

---

<sup>1</sup> Pós-graduanda em Psicopedagogia no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI; Graduada em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará – UECE, egilamaria03@gmail.com;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará – UECE, mercês.viana@aluno.uece.br;

<sup>3</sup> Pós-graduanda em Psicopedagogia no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI; Graduada em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará – UECE, gracianerocha17@gmail.com;

<sup>4</sup> Pós-graduando em Psicopedagogia no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI; Graduado em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará – UECE, marcelo.moura.uni@gmail.com;

<sup>5</sup> Pós-graduando em Psicopedagogia no Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSSELVI; Graduado em Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará – UECE, telesizael@gmail.com.



infer that illiteracy is linked to several factors. Among the existing problems, social disparity stands out, which manifests itself mainly in the North and Northeast regions of the country. The historical trajectory of the implementation of education and industrial development in Brazil shows that there were greater investments in infrastructure, education, health and research in the South and Southeast regions, by public and private initiatives. Therefore, it is possible to conclude that both educational and social inequality is a reflection of the policies and projects adopted throughout Brazilian history, marked by small, gradualist advances.

**Keywords:** Educational inequality, Illiteracy, Social inequality.

## 1. Introdução

A educação brasileira, desde os primórdios, foi constituída em uma base excludente, onde a elite economicamente dominante de cada época, sempre se beneficiava com as melhores condições de ensino para educar seus filhos. Para a classe trabalhadora era destinado um ensino voltado apenas para formação de mão de obra. Mesmo com muitos avanços no sistema educacional, tais condições se repetem na atualidade, por isso temos historicamente na população brasileira um grande número de analfabetos. Esse problema representa um dos grandes obstáculos sociais a serem enfrentados na busca pela cidadania plena (Castro, 2009).

No período colonial, a educação ficou a cargo da companhia de Jesus composta pelos padres jesuítas, os mesmos tinham a missão de catequizar os indígenas e os colonos, sendo assim os padres jesuítas se tornaram os primeiros professores do Brasil. (Rosário; Melo, 2015). A educação dada por eles representava o domínio europeu sobre a cultura dos povos originários. O fato dos povos indígenas aprenderem a língua portuguesa não necessariamente representou um avanço, mas sim facilitava a exploração dos povos originários.

A libertação dos povos indígenas em 1755 ocorreu por iniciativa do Marquês de Pombal, nesse mesmo contexto, após expulsar os jesuítas de Portugal, expulsou-os também do Brasil, em 1760. Isso representou uma grande mudança educacional, a educação saiu da mão da igreja e passou a ser controlada pelo Estado. (Seco; Amaral, 2006).

A educação passou por reformulações, porém o ensino privilegiava a elite, os filhos da classe economicamente favorecida tinham acesso ao conhecimento acadêmico, enquanto isso a classe trabalhadora ficava excluída da educação, às vezes aprendiam apenas o suficiente para poder servir à elite. Esse contexto fortalecia ainda mais a desigualdade social.

Por volta do século XX, muitos nomes importantes para a nova concepção de educação foram surgindo como Anísio Teixeira e Paulo Freire. Portanto, em 1964, no período da ditadura militar, instalou-se no Brasil uma educação tecnicista, que visava à valorização do mercado de trabalho. Realizou-se uma aliança empresarial-militar, onde a educação era voltada para mão



de obra e assim aumentar a produtividade do capitalismo e o desenvolvimento econômico do país, essa herança tecnicista repercute até os dias de hoje no sistema educacional brasileiro. (Ferreira Jr; Bittar, 2008).

O modelo da educação tecnicista contribuiu para a geração de analfabetos funcionais. Com todos os avanços conquistados na educação ao longo do tempo, a desigualdade social e falta de interesse governamental não possibilitou que o ensino contemplasse a classe trabalhadora em sua totalidade, principalmente os mais pobres e de regiões discriminadas sofreram com essa exclusão.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) mostra que a taxa de analfabetismo vem caindo em relação aos dados anteriores, como os de 2010, mesmo assim o Brasil ainda possui números preocupantes. “O grupo mais jovem de 15 a 19 anos atingiu a menor taxa de analfabetismo (1,5%) e o grupo de 65 anos ou mais permaneceu aquele com a maior taxa de analfabetismo (20,3%).” (IBGE, 2022). Esses dados mostram que o grupo da população mais velha continua com a maior taxa de analfabetismo, isso é uma herança de um sistema de ensino excludente de alguns anos atrás. Os dados ainda mostram que o Nordeste brasileiro possui a menor taxa de alfabetização, com **14,2%** de analfabetismo. (IBGE, 2022). O Nordeste ainda sofre consequências da desigualdade econômica e social, além do baixo investimento que historicamente foi destinado a essa região.

Sendo assim, esse artigo tem como objetivo analisar as taxas de analfabetismo frente aos reflexos da desigualdade educacional e social entre as regiões do Brasil. Essa temática é fundamental para compreender a realidade de muitos brasileiros que enfrentam problemas diversos, impedindo-os de terem acesso à educação. Conhecer as causas, os problemas sociais existentes em cada realidade e o impacto da desigualdade educacional na vida das pessoas, pode contribuir para construção de políticas de inclusão social e educacional, refletindo e motivando a criação de formas de combater o analfabetismo.

## **2. Metodologia**

No que concerne aos métodos utilizados para a obtenção dos resultados desta pesquisa, foi realizado aprofundamento teórico em leituras de artigos, livros, etc, sistematizados em fichamentos. Ademais, foi desencadeado uma pesquisa de abordagem qualitativa, de cunho documental e bibliográfico onde, segundo Gil (2002, p. 45),

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente



importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. [...] ( Gil, 2022, p.45)

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica torna-se uma fonte inesgotável de conhecimentos, podendo ser articulada com outras metodologias para a obtenção de resultados satisfatórios para as pesquisas no processo de desenvolvimento. Perante estas indagações, esta pesquisa teve como base teórica estudos relacionados a legislação educacional, censos estatísticos e referenciais teóricos, tais como: Goldemberg (1993); IBGE (2022); Pochmann e Silva (2020); Rodrigues, Araújo e Guedes (2017); Souza (1999); dentre outros.

Assim, as discussões propostas por tais autores desenvolvem um arcabouço relevante para que se obtenha os resultados desta pesquisa, onde se constrói conhecimentos acerca das propostas elencadas durante o desenvolvimento da pesquisa. A seguir será delineado o referencial teórico, a fim de trazer discussões acerca do objetivo proposto neste artigo.

### **3. Referencial teórico**

A educação no Brasil passou por diversas mudanças ao longo dos anos, a partir da chegada dos padres jesuítas para alfabetizar os índios e os colonos. Desde sua implementação, grande parte da população não teve acesso em decorrência da oferta que era destinada especialmente para a elite brasileira, reflexo desta prática, muitas pessoas não puderam frequentar a escola, o que levou ao analfabetismo. Goldemberg (1993, p. 79) enfatiza que:

A tradição brasileira tem sido, efetivamente, a de atribuir a responsabilidade pelo ensino básico aos estados e, secundariamente, aos municípios, reservando à União papel fundamental no que diz respeito ao ensino superior. Dessa forma, sendo a escolarização obrigatória o cerne de todo o sistema de ensino, cabe aos estados e municípios, especialmente ao primeiro, e não à União, o papel central no desenvolvimento da educação nacional. (Goldemberg, 1993, p. 79).

Após a universalização do ensino no Brasil com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, a garantia do acesso e permanência se deu de maneira incerta sob interesses de projetos autoritários. Desse modo, os filhos da população mais pobre não tinham acesso a escola, mantendo a exclusão da população pobre e refletindo diretamente no desenvolvimento das regiões, e qualidade de vida desses indivíduos. “O acesso e permanência aos estabelecimentos de ensino no Brasil se desenvolveu de maneira seletiva, atendendo aos interesses do mercado e/ou a projetos autoritários.” (Alencar; Alencar; Junqueira, 2020, p. 2). Esse modelo educacional ainda reflete no atual sistema de ensino, com uma educação que muitas vezes prioriza a formação técnica e profissional, sob métodos tradicionais, deixando de lado uma educação mais integral e crítica.



No início do século XX, o principal produto de exportação no Brasil era o café, tendo o Sudeste como região com maior produção, logo em seguida concentraria o desenvolvimento industrial no país. Durante este período, houve a necessidade de mão de obra, porém a educação não era destinada para todos. Em algumas regiões, o avanço econômico foi obtido com um crescimento maior em relação às demais, e em expansão da educação para a população, em decorrência dessas ações, essas regiões passaram a ser consideradas centros com maiores desenvolvimentos, concentrando quantidade maior de investimentos e consequentemente permitindo uma qualidade de vida para os residentes dessas regiões. Pochmann e Silva (2020, p. 4) ressaltam que:

A concentração da atividade produtiva na região Sudeste não se restringe à produção industrial, uma que ela se estende aos demais setores. As bases de sustentação das desigualdades regionais se apoiam nas disparidades de infraestrutura básica, infraestrutura logística e infraestrutura do sistema educacional.

Além destes fatores, há ausência de investimentos voltados para alunos do ensino fundamental com idades de sete a quatorze anos de idade. Souza (1999, p. 170) reforça que a “educação básica têm enfatizado a necessidade do aumento na cobertura escolar da população de sete a quatorze anos e de melhorias na qualidade do ensino ministrado no Brasil.”

Ações que partiram do Governo Federal também favoreceram esta região, como é apontado por Pochmann e Silva (2020), que destacam os investimentos públicos direcionados para vários segmentos como educação, infraestrutura entre outros,

Os investimentos públicos federais na indústria de base, bem como aqueles em instituições de ensino/pesquisa, ao lado da modernização da infraestrutura logística, no Sudeste, conferiram a essa região larga vantagem competitiva em relação às demais, pavimentando o caminho para o estágio seguinte do processo de industrialização, com o aprofundamento das desigualdades regionais. (Pochmann e Silva, 2020, p. 5).

Essas ações demonstram uma grande desigualdade no desenvolvimento das demais regiões, que sofre com desenvolvimento lento, afetando as populações e como resultado, as privando de obterem acesso a serviços básicos como a educação, aumentando assim as taxas de analfabetismo e de desenvolvimento socioeconômico nas demais regiões do Brasil.

A concentração de renda e produção de atividades econômicas se concentram em regiões específicas, afeta diretamente na qualidade e oferta da educação, pois “a distribuição diferencial das contribuições financeiras reflete a importância, para o sistema educacional, da atuação dessas instâncias em termos da responsabilidade direta para com o ensino básico.” (Goldemberg, 1993, p. 79). Desse modo, causa um entrave no desenvolvimento econômico tendo em vista um excedente de um lado, e do outro a exclusão e a escassez. Com isso, o

desenvolvimento econômico e qualidade de vida da população é baixa, forçando crianças e jovens a abandonar a escola por necessidade de trabalhar, desta forma o número de alfabetização cai devido a pouca cobertura de oferta e o grande número de crianças e jovens desamparados pelo direito e garantia de frequentar a escola.

Por um lado, a CF de 1988 em seu Art. 205 ressalta que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Porém, observando as taxas e números do analfabetismo e desigualdade social entre as regiões, podemos concluir que o estado tem falhado com seus incentivos e deixado de colaborar em específico em algumas regiões, que conseqüentemente aumenta a marginalização, a mão de obra barata, e assim dificultando o desenvolvimento daquela região, principalmente diminuindo a taxa do analfabetismo.

No último censo de 2022 divulgado pelo IBGE, as taxas de analfabetismo caíram se comparadas ao de 2010: 9,6% para 7,9%. Porém, os números ainda preocupam, pois os dados mostram que as pessoas brancas ou amarelas com 15 anos ou mais possuem as menores taxas de analfabetismo, 4,3% e 2,5%, respectivamente. Além do mais, mostra que “das 9,6 milhões de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabiam ler e escrever, 59,4% (5,3 milhões) viviam no Nordeste e 54,1% (5,2 milhões) tinham 60 anos ou mais.” (IBGE, 2022). Esses percentuais podem refletir que onde houve menor desenvolvimento econômico, Nordeste, houve também menos investimento educacional.

Esses dados comprovam o quanto a desigualdade entre as regiões afeta no desenvolvimento educacional e o acesso à escola entre crianças, jovens e adultos. Além disso, as taxas ainda são maiores entre pessoas pretas e pardas como indicado na Tabela 1.

Tabela 1- Censo (2022)

Ano	60 anos ou mais			15 anos ou mais		
	Branca	Preta ou parda	Total Brasil	Branca	Preta ou parda	Total Brasil
2016	11,8 %	30,7 %	20,5 %	3,8 %	11,8 %	6,7 %
2017	10,9 %	28,9 %	19,4 %	3,8 %	11,9 %	6,5 %
2018	10,4 %	27,6 %	18,8 %	3,6 %	10,4 %	6,3 %
2019	9,5 %	27,2 %	18,1 %	3,3 %	9,5 %	6,1 %
2022	9,3 %	23,3 %	16,0 %	3,4 %	9,3 %	5,6 %

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2022)



Além dos dados apresentados, a taxa de analfabetismo do Nordeste (14,2%) permanece o dobro da média nacional (7,0%). Com base nos indicativos do IBGE, as taxas de analfabetismo são maiores na região nordeste e menores no sudeste, deste modo, comprova-se os reflexos das desigualdades entre as regiões.

A taxa de analfabetismo para as pessoas de 15 anos ou mais também reflete desigualdades regionais: o Nordeste tem a taxa mais alta (11,7%) e o Sudeste, a mais baixa (2,9%). No grupo dos idosos (60 anos ou mais) a diferença é maior: 32,5% para o Nordeste e 8,8% para o Sudeste. (IBGE, 2022)

As taxas mencionadas no censo de 2022 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, é possível identificar a desigualdade entre as regiões, e ao realizar uma retrospectiva no desenvolvimento econômico e nos investimentos por regiões, as mais afetadas pela desigualdade são as que apresentam as maiores taxas de analfabetismo, consequência “[...] de concentração da riqueza produz o esvaziamento das condições materiais de sobrevivência para uma fração expressiva da sociedade” (Pochmann e Silva, 2020, p. 7). Isso mostra um grande percurso a ser percorrido para assegurar e oferecer condições e ser promovido uma educação acessível para todos.

O nível de analfabetismo reflete diretamente para um recorte entre regiões que se concentram os menores investimentos ao longo dos anos, e ao comparar a queda dos números de alfabetizados nos últimos anos, podemos constatar que o Brasil ainda está muito atrás de outros países quando se trata de qualidade de vida que envolve diretamente a oferta de serviços essenciais e da educação.

Apesar de implementações de diversas ações direcionadas para públicos específicos com a tentativa de combater o analfabetismo, ao compararmos os dados do censo divulgado pelo IBGE (2022), os números alcançados ainda são pequenos. No atual Plano Nacional de Educação – PNE (Brasil, 2014), em uma das suas metas, que propõe elevar o nível de escolaridade de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, e alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do terceiro ano, porém ao considerarmos os números de analfabetismo com os de alfabetização, é possível identificar que dificilmente essa meta será alcançada.

#### **4. Resultados e discussão**

Diante dos apontamentos realizados no decorrer deste trabalho, conseguimos compreender um pouco das desigualdades que compunham o nosso país e que, a partir delas, podemos constatar que estão ligadas diretamente com os resultados negativos relacionados à



educação. O índice de analfabetismo, mesmo tendo uma queda nos últimos anos, continua sendo alto quando comparado a outros países e em relação às metas estipuladas pelo PNE. Assim,

O percentual de analfabetismo da população brasileira é a prova inequívoca de que a desigualdade de renda e as oportunidades educacionais caminharam juntas na história do Brasil. Os investimentos públicos e privados diferenciados centralizaram recursos e estruturas públicas e privadas, reverberando em acesso desigual aos serviços essenciais. A regionalização da disparidade de equipamentos educacionais e oportunidades indicam as regiões Norte e Nordeste como as mais vulneráveis do país. (Alencar; Alencar; Junqueira, 2020, p. 2).

As consequências geradas pelo analfabetismo podem ser terríveis, tanto para o sujeito analfabeto quanto para o país. Muitas vezes, o indivíduo sente-se constrangido por não saber ler e/ou escrever, fica com receio em relação aos julgamentos e tem dificuldade de se posicionar perante as questões sociais. Além disso, consequências também são geradas para o país, pois os analfabetos possuem dificuldades de vincular-se ao mercado de trabalho, e em decorrência disso passam a ingressar na informalidade, sem os direitos básicos garantido por Lei, em decorrência da falta de capacitação profissional.

A igualdade de acesso à educação é um dos direitos humanos básicos e que deve beneficiar a todos. Neste sentido, a redução da pobreza e o acesso da população menos favorecida a serviços básicos, como educação gratuita, estão diretamente relacionados à melhoria da qualidade de vida das pessoas em diferentes contextos sociais e econômicos. (Rodrigues; Araujo; Guedes; Silva, 2017, p. 4).

Deste modo, pessoas analfabetas enfrentam dificuldades no cotidiano, por exemplo, ler rótulos de produtos, compreender placas de sinalização, ler notícias e/ou até mesmo para administrar seu dinheiro no banco, dentre outras formas que envolvam a leitura e a escrita. Nestas circunstâncias, essas limitações causam impacto na participação social e na autonomia dessas pessoas, pois podem ser privadas de exercer determinadas ações. Diante disso, é importante salientar que mesmo não sendo alfabetizadas, as pessoas possuem conhecimento de mundo.

## **5. Considerações finais**

Pondera-se que este artigo teve como foco primordial a análise das taxas de analfabetismo frente aos reflexos da desigualdade educacional e social entre as regiões do Brasil. Apesar de todo desenvolvimento que o país possui, pode-se ver historicamente a exclusão da classe trabalhadora, essa exclusão foi consequência de uma má distribuição de



renda e pouco investimento educacional para a classe mais pobre em algumas regiões do Brasil. Por tanto este trabalho possibilitou compreender que com todos os avanços do século XXI, ainda existe um percentual da população que não tem e/ou não teve a oportunidade da alfabetização, resultado de uma herança excludente do século passado. Cabe salientar que esse trabalho traz contribuições significativas para futuros trabalhos relacionados aos analfabetismos no Brasil.

## REFERENCIAS

- ALENCAR, Diego Pinheiro; ALENCAR, Juheina Lacerda Ribeiro Viana; JUNQUEIRA, Adenilda Rodrigues da Silva. UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. *Mercator (Fortaleza)*, v. 19, p. e 19017, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/jMGP3HVgXtt6fHg4scXDbyx/#>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/39C6VJO>. Acesso em: 21 jul. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3CKpJU3>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 108, p. 673–697, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/#> Acesso em: 22 ago. 2024.
- FERREIRA JR., Amárico; BITTAR, Marisa. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Cadernos CEDES**, v. 28, n. 76, p. 333–355, set. 2008.
- GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. *In*: GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-58.
- GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 7, n. 18, p. 65–137, maio 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/p4ZrFKSYwCg69jg8zqtxyJB/#>. Acesso em: 05 jul. 2024.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022 : alfabetização: resultados do universo. Rio de Janeiro : IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73108>. Acesso em: 02 jun. 2024.
- POCHMANN, Marcio.; SILVA, Luciana Caetana da.. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, 25 p., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeur/a/VFqGSVHt6rHCnXjDzcWymRR/#>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- RODRIGUES, Luciana de Oliveira; ARAUJO, Jair Andrade; GUEDES, João Paulo Martins; SILVA, Maria Michelliana da Costa. Mensuração da desigualdade educacional entre os



municípios nordestinos. Revista Economia Contemporânea, v. 21, n. 1, p. 1-31, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/BStZQyRq87MyPMrGLfVSwbx/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ROSÁRIO, Maria José Aviz do; MELO, Clarice Nascimento de. **A educação jesuítica no Brasil colônia**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 15, n. 61, p. 379–389, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i61.8640534. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640534>. Acesso em: 17 jul. 2024.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. **Faculdade de educação da UNICAMP**, São Paulo, 2006.

SOUZA, Marcelo Medeiros Coelho de. O analfabetismo no Brasil sob enfoque demográfico. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 169-186, 1999. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n107/n107a07.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2024.